

FAAT FACULDADES ATIBAIA

TÂNIA DAS GRAÇAS FARIA

**O MANEJO “HOLDING” DAS NECESSIDADES INICIAIS DE CRIANÇAS
ABRIGADAS**

Atibaia

2017

TÂNIA DAS GRAÇAS FARIA

**O MANEJO “HOLDING” DAS NECESSIDADES INICIAIS DE CRIANÇAS
ABRIGADAS**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como exigência parcial para obtenção do grau de Bacharel em Psicologia pela FAAT FACULDADES, sob orientação da Dr. Maria Cristina Zago.

Atibaia

2017

Faria, Tânia das Graças
F237m O manejo "holding" das necessidades iniciais de crianças
abrigadas./

Tânia das Graças Faria, - 2017.
33 f.; 30 cm.

Orientação: Maria Cristina Zago

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) – Faculdades Atibaia,
como requisito para obtenção do título de Bacharel em Psicologia da
Faculdades Atibaia, 2017.

1. Abrigo 2. Criança 3. Família 4. Desenvolvimento 5. Psicanálise I.
Faria, Tânia das Graças II. Zago, Maria Cristina III. Título

CDD 150

PSICOLOGIA

Termo de aprovação

TÂNIA DAS GRAÇAS FARIA

**O MANEJO "HOLDING" DAS NECESSIDADES INICIAIS DE
CRIANÇAS ABRIGADAS**

Trabalho apresentado ao Curso de Psicologia, para apreciação da professora
Dra. Maria Cristina Zago, que após sua análise considerou o Trabalho
 muito bom , com Nota 9,0 .

Atibaia, SP, 09 de Novembro 2017.

Dra. Maria Cristina Zago

DEDICATÓRIA

Dedico à minha família e a todos que contribuíram para a realização deste trabalho.

AGRADECIMENTOS

À Deus, pois se não fosse de sua vontade não teria conseguido chegar até aqui.

À minha professora Maria Cristina Zago por todo seu empenho e dedicação, tenho muito carinho por tudo que construímos juntas.

À todos os professores que acompanharam-me até aqui, principalmente aos que cativaram-me a minha escolha pela Psicanálise.

À minha mãe Zilda, ao meu pai Dionizio e meu irmão Leandro pelo incentivo, sem dúvidas foram figuras essenciais para eu chegar até aqui, mas não deixo de citar meus outros irmãos; a Solange, o Márcio, o Odair, a Hozélia e a Adriana, tenho muito orgulho de todos.

À minha amiga Eliana Alves do Nascimento, pela força que me deu nos momentos difíceis e sem dúvidas, pelos momentos de aprendizado e de muita alegria.

Como fica forte uma pessoa quando está segura de ser amada!

RESUMO

A separação da criança de sua família natural pode causar sofrimento, notadamente em situações que envolvem a violação de seus direitos, ou seja, quando o menor encontra-se em risco. O objetivo deste trabalho foi tecer uma compreensão a respeito das repercussões do processo de abrigamento no desenvolvimento emocional de crianças que vivem em abrigos. Trata-se de uma pesquisa teórica de base psicanalítica, realizada através de levantamento bibliográfico de autores clássicos da Psicanálise como Donald Wood Winnicott e autores contemporâneos como Elza Oliveira Dias dentre outros autores. Primeiramente, traz-se uma breve apresentação do “ambiente abrigo”, cujo cotidiano deve ser norteado por diretrizes que visam a proteção da criança. Logo após, aborda-se o desenvolvimento emocional na perspectiva winnicottiana, em que este processo depende especialmente de dois fatores: a tendência inata ao amadurecimento e a existência contínua de um ambiente facilitador. Diante disso, faz-se uma discussão sobre o desenvolvimento emocional da criança que encontra-se institucionalizada. Compreende-se que o abrigamento ocorre quando a criança está em situação de risco. A miserabilidade afetiva, por vezes, vivenciada no abrigo e o rompimento com suas figuras de apego são prejudiciais ao seu desenvolvimento emocional. Entende-se ser fundamental capacitar os cuidadores para o exercício do seu trabalho cotidiano, mais especificamente, para o exercício da maternagem, a fim de minimizar as repercussões, por vezes, negativas no processo de amadurecimento. Por fim, ressalta-se que a falta de estimulação, do estabelecimento de vínculos afetivos seriam danosos ao desenvolvimento integral da criança, o que pode ser traduzido por um processo que tenderia à desindividualização.

Palavras- chave: Abrigo. Criança. Família. Desenvolvimento. Psicanálise.

ABSTRACT

The separation of a child from its natural family may cause suffering, especially in situations involving the violation of their rights, in other words, when the minor is at risk. The purpose of this project was to weave an understanding about the repercussions of the shelter process on the emotional growth of children living in shelters. This is a theoretical research by psychoanalytic base, made through the bibliographical survey of classical authors of psychoanalysis as Donald Wood Winnicott and contemporary authors such as Elza Oliveira Dias among others authors. Firstly, it brings up a short presentation of the 'shelter environment', whose daily life must be guided by guidelines aimed at child protection. Afterwards, emotional development is approached in winnicottian perspective, in which this process depends specially on two factors: the innate tendency to maturity and the continued existence of a facilitating environment. Given this fact, there is a discussion about the emotional growth of the institutionalized child. Shelter is understood to occur when the child is at risk. The affective miserableness experienced in the shelter sometimes, and the disruption with their attachment figures are detrimental to their emotional development. It is understood that it is fundamental to train the caregivers to carry out their daily work, specifically for the motherhood exercise, in order to minimize the repercussions, which is negative in the ripening process sometimes. Finally, stands out that the lack of stimulation, the affective bounds establishment would be harmful to the whole development of the child, which can be translated by a process that would tend to the de-individualization.

KEYWORDS: Shelter. Child. Family. Development. Psychoanalysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 O ABRIGO ENQUANTO MEDIDA PROTETIVA PARA MENORES EM RISCO.....	13
2 A INFÂNCIA E O AMBIENTE SUFICIENTEMENTE BOM.....	17
3 A CONSTITUIÇÃO DE SI MESMO EM INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO.....	22
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	29
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	31

INTRODUÇÃO

Essa pesquisa busca trazer uma compreensão das repercussões do processo de abrigamento no desenvolvimento emocional de crianças que encontram-se em situação de risco. Tal acontecimento na infância pode gerar sofrimento, especialmente, pelo afrouxamento ou ruptura dos vínculos familiares.

A situação de risco está relacionada a um conjunto de múltiplos fatores (individuais, familiares, políticos e sociais) que atingem diretamente as pessoas, ocasionando a deterioração de seus direitos; uma ruptura na proteção/atenção integral devida, o que coloca em perigo- de fato ou potencialmente- o bem estar das pessoas. (MARTINS, 2006, apud LEONCIO, 2009, p. 19).

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é fruto da responsabilização do Estado e foi criado visando a defesa dos direitos específicos de crianças e adolescentes em situação de risco, por considerá-los indefesos e em formação. O Estatuto defende o direito da criança de ser criada em uma família natural, mas também estabelece a possibilidade de o Ministério Público avaliar os casos em que ela deve ser afastada da família natural e encaminhada para uma família substituta, na forma de guarda, tutela ou adoção. A condição de abrigamento é vista como temporária; visa oferecer apoio para que em um espaço de tempo a criança possa voltar para sua família natural ou e alguns casos específicos ser encaminhada para adoção.

De acordo com Dias (2003), o que está em pauta no amadurecimento pessoal, não são funções isoladas (biológicas, mentais ou sexuais), mas sim, o próprio viver do ser humano, algo subjetivo, ou seja, cada ser humano tem um jeito; o sentimento de ser, de ser real, de existir num mundo real como um si-mesmo. Mas nada disso é dado pela concepção e pelo nascimento, mesmo esses aspectos estando intactos não é garantia de se estar vivo e sentir-se real, o ambiente tem que ser facilitador e suficientemente bom, para possível integração da personalidade.

Através de um estágio de observação realizado no interior do Estado de São Paulo, surgiram inquietações a respeito da criança que encontra-se abrigada; sobre as repercussões em seu desenvolvimento emocional. Nesse sentido, busca-se entender de

maneira mais ampla o convívio em abrigos, devido ao aumento de crianças nestas instituições, segundo o Conselho Nacional de Justiça (2011), em seu Cadastro Nacional de Crianças e Adolescentes (CNCA), e por fim, ampliar o conhecimento científico a respeito do tema estudado contribuindo para a Ciência; aprimorando aspectos já estudados, bem como, levantando novos questionamentos para futuros estudos sobre o tema proposto. Dessa forma, o objetivo geral do trabalho é compreender as repercussões do processo de abrigamento no desenvolvimento emocional de crianças.

O estudo proposto neste trabalho é de base psicanalítica, utilizando de autores clássicos como D. W. Winnicott e outros autores contemporâneos que contribuíram para a elaboração deste trabalho. Portanto, o método aplicado neste trabalho foi o Teórico, “em uma leitura-escuta (IRIBARRY, 2003, apud, COELHO; SANTOS, p. 127), ou seja, uma leitura guiada pela escuta ou atenção flutuante”. Pode-se aplicar essa técnica para a leitura, ou seja, para o estudo Teórico do tema, pois quando o pesquisador se propõe a estudar diversos textos e artigos, deve-se fazer uma leitura guiada pela escuta e a atenção flutuante.

Entende-se que ao elaborar o estudo teórico foi feito um levantamento bibliográfico através de livros e artigos científicos dos últimos anos, norteados pela leitura analítica, ou seja, guiada pela atenção flutuante em uma perspectiva psicanalítica.

O objeto de estudo da pesquisa psicanalítica é o inconsciente. Sampaio (2006), afirma que:

O método psicanalítico é um método de acesso ao inconsciente, é um método que orienta a escuta e o campo da clínica ou da cura, podemos dizer mesmo que é um método de produção de conhecimento — de conhecimento singular do psiquismo singular —, mas não é, ainda assim, um método apropriado para nos orientar na condução de uma pesquisa. (p. 248)

De acordo Laplanche e Pontalis (2001), o modo como o analista deve escutar o analisando, não deve privilegiar qualquer elemento do discurso dele, ou seja, deve deixar fluir livremente possível a sua própria atividade inconsciente e suspender as motivações que direcionam habitualmente sua atenção. Essa recomendação técnica de Freud (1896/1996), corresponde à regra da associação livre proposta ao paciente.

De acordo com Iribarry (2003) o psicanalista pesquisador é o primeiro sujeito de sua pesquisa, ou seja, ele também está implicado como um participante importante na

investigação realizada, mas isso não dispensa os demais participantes da pesquisa, porém não deve-se admitir que há uma implicação do pesquisador como sujeito, seria ilógico, já que é através do pesquisador que ocorrerá uma contribuição conceitual durante o processo de pesquisa.

Segundo Loureiro (2002, apud, COELHO; SANTOS, 2012, p. 95), a metodologia de pesquisa psicanalítica apresenta certa passividade na medida em que o objeto de estudo é deixado à solta, seguindo o seu próprio percurso. Por seu turno, o pesquisador é guiado pelo objeto, utilizando-se da sua associação livre, demonstrando assim o papel ativo que exerce no processo de construção do estudo.

Segundo Coelho e Santos (2012), deve-se considerar que o método psicanalítico, em contrapartida do que se parece, pela ausência de procedimentos, tem seu rigor apoiado exatamente nos pilares da fala, ou seja, a associação livre e da escuta flutuante e acometida pelo impacto da transferência. Esse rigor, portanto, implica num deslocamento do lugar do saber, no qual sempre está com aquele que fala, ainda que não se saiba nada sobre isso, implicando-se, numa relação de dependência do que se produz como saber teórico ao que se apresenta como saber daquele que fala, com isso, à própria experiência do inconsciente.

Na citação de Sampaio (2006, p. 250), “o método visa à interpretação, entendida como: permitir ou partejar a emergência de um sentido ou de um conjunto de significações que se dá na relação entre o pesquisador e o pesquisado (transferência)”. Sendo assim, diante de tal procedimento metodológico, o objetivo do trabalho é discutir as repercussões do processo de abrigamento no desenvolvimento emocional de crianças institucionalizadas.

1 O ABRIGO ENQUANTO MEDIDA PROTETIVA PARA MENORES EM RISCO

O abrigo é uma Instituição onde vivem crianças que não dispõem de responsável que possa garantir seus direitos básicos; a institucionalização serve como uma medida provisória para crianças em situações de risco. Compreende-se que a criança deve ser afastada do convívio familiar por um período de tempo ou definitivamente em alguns casos.

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é uma Lei Federal (nº 8.069) proclamada em 13 de julho de 1990, caracterizando a expressão máxima do desejo da sociedade brasileira em garantir os direitos da criança e do adolescente com históricos de vida que refletem fragilidade, principalmente os provenientes de classes sociais menos favorecidas (OLIVEIRA, 2006). Altoé (2011) nos diz que:

O Estatuto defende o direito da criança de ser criada em uma família, mas também estabelece a possibilidade de o Ministério Público avaliar os casos em que ela deve ser afastada da família original e encaminhada para uma substituta, na forma de guarda, tutela ou adoção (p.112).

O encaminhamento da criança para uma família substituta ocorre somente quando não há possibilidades de reinserção na família de origem. O abrigamento indica que a família natural foi considerada pelos órgãos competentes como incapaz. Segundo o art.4º do ECA:

É dever da família, da comunidade, da sociedade em geral e do poder público assegurar, com absoluta prioridade, a efetivação dos direitos referentes à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária (p.7).

O abrigo procura assegurar os direitos básicos das crianças e adolescentes. A permanência na instituição deve ser breve, porém em alguns casos a criança pode permanecer por um período longo de tempo. Segundo o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2005) cerca de 20 mil crianças e adolescentes que são atendidos nessas instituições, em sua maioria, são de meninos (58,5%), afrodescendentes (63%) e com idade entre 7 e 15 anos (61,3%). Pouco mais da metade dos abrigados viviam nas instituições há mais de dois anos, enquanto 32,9% estavam nos abrigos por um período entre dois aos cinco anos, 13,3%, entre seis aos dez anos, e 6,4%, por mais de dez anos.

A grande maioria dessas crianças e adolescentes (86,7%) tinham família, sendo que 58,2% mantinham contato com os familiares e apenas 5,8% estavam impedidos judicialmente de ter convívio.

Estudos revelam os custos pessoais que o abrigamento com grande número de crianças podem acarretar: a carência afetiva, dificuldade para estabelecimento de vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca vivência com rotinas familiares. Esses aspectos, se vivenciados por longos períodos, podem representar não apenas a violação de direitos, mas deixam marcas irreversíveis na vida dessas crianças, que, como consequência, não adquirem sentimento de pertencimento e enfrentam sérias dificuldades para acomodar-se no convívio em família e em comunidade (IPEA, 2005).

Um aspecto muito importante é adequar a instituição para o fim a que se destina. O abrigo não possui espaço adequado para as crianças realizarem atividades de lazer e praticar esportes. Estes tipos de atividades são realizados em ambientes fora do abrigo e dependem de iniciativas dos educadores e da oferta de outras instituições, dificultando a continuidade de algo que é primordial, sendo uma possibilidade da construção de outros vínculos sociais. Outro aspecto importante que pode-se mencionar é a transferência de um abrigo para outro, seja por um pedido de assistentes sociais por razões disciplinares ou de adequação de encaminhamento, seja devido à fuga da criança, ocorrendo a passagem por diversos abrigos em período curto de tempo (ALTOÉ, 2011).

Ao viver em uma instituição de abrigamento a criança pode perder o convívio diário com seus familiares e com a comunidade em que vivia. Ali ela está sujeita a regras que devem ser cumpridas, em geral os abrigos separam os sujeitos por faixas etárias e gênero (ALTOÉ, 2011).

A situação de viver-se em uma instituição, onde cumprem-se regras e normas do contexto pode levar ao esvaziamento do sujeito, devido a tantas imposições: "(...) um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada" (GOFFMAN, 1961, apud OLIVEIRA, 2006, p.61). Oliveira (2006) diz que o ambiente dessas instituições configura-

se como um ambiente controlador, local onde os comportamentos são padronizados e existem regras de condutas para todos que vivem lá.

Uma das características do abrigo diz respeito à alta rotatividade dos funcionários que trabalham diretamente com a criança, as jornadas de trabalho são duplas e em geral, essas instituições oferecem salários baixos; não são treinados para tal função e não são contratados pela Prefeitura da cidade e sim pelo próprio estabelecimento. Outra característica é o fato do alojamento ser distribuído como se fosse uma casa; dormitórios serem organizados por faixa etária, de forma que a criança troca de alojamento na medida em que muda de faixa etária:

Se este critério pode ser pensado com o objetivo de facilitar o trabalho dos adultos e também de proteger a criança e favorecer a interação social entre elas, ele não favorece, entretanto, a construção do laço afetivo com o adulto e traz dificuldades no caso de irmãos (ALTOÉ, 2011, p.113).

Um dos objetivos do abrigo é procurar alternativas para a situação que cada criança encontra-se naquele momento de sua vida, por essa razão conviver em um abrigo teria o caráter de ser breve (ALTOÉ, 2011). Porém isso geralmente não ocorre, pode acontecer da criança viver em um abrigo por um longo período de sua infância. Winnicott (2002) nos diz que:

O êxito no trabalho de alojamento deve ser considerado, portanto, em termos de reduzir o fracasso do próprio lar da criança. O corolário que um bom trabalho no alojamento deve necessariamente aproveitar tudo o que tiver restado de bom do lar verdadeiro da criança (p. 64).

As diretrizes para reordenamento dos abrigos recomendam que as instituições ofereçam um acolhimento que seja o mais próximo possível da rotina familiar. As entidades não devem, manter placas ou faixas externas que as identifiquem como abrigos, deve aparentar uma residência comum (IPEA, 2005).

A criança ao adentrar em uma instituição de abrigamento perde um pouco do singular por viver junto com outras crianças com demandas diversificadas, mas que estão ali dividindo o mesmo ambiente devido a vulnerabilidade de algum aspecto com sua família de origem, ou seja, elas têm algo em comum. Vectore, Carvalho (2003, apud, DORIAN, p.73) apontam que “não se pode eliminar uma história familiar sem que se viva muita dor, angústia e medo do presente e do futuro”.

Devido a muitos fatores essas crianças são tratadas por igual pela instituição e suas particularidades são esquecidas. (VECTORE E CARVALHO, 2008 apud, AZÔR 2005) acrescenta que acontecem empecilhos, muitas vezes estabelecidos pela própria instituição, no sentido de dificultar aberturas para que essas dores, tristezas e violências sejam elaboradas, ajudando a desconsiderar a subjetividade dos abrigados.

A criança que encontra-se abrigada, além de confrontar-se com dificuldades vindas de relações familiares complicadas, depara-se com extensos processos judiciais. Ressalta-se que cada dia na instituição pode dificultar o processo de adoção (VECTORE; CARVALHO, 2008).

Apesar das dificuldades, deve-se considerar que o abrigo, como instituição, cumpre uma função social de grande importância. Mas é preciso, no entanto, mudanças que busquem garantir um atendimento que leve em conta o singular; capacidade de oferecer uma estrutura adequada, com garantia de acolhimento e o desenvolvimento sócio afetivo, num momento particularmente difícil da vida de cada criança (ALTOÉ, 2011).

2 A INFÂNCIA E O AMBIENTE SUFICIENTEMENTE BOM

Neste capítulo, apresenta-se, brevemente, a teoria do amadurecimento de Winnicott, a qual dará suporte à discussão sobre o desenvolvimento de crianças abrigadas. A ênfase desta teoria recai nos estágios iniciais, pois é neste período que é construída a base da personalidade e da saúde psíquica do sujeito. Debruça-se a respeito da relação peculiar entre mãe e seu bebê. O autor descreve as necessidades fundamentais presentes nos momentos mais primitivos do desenvolvimento, as permanecem ao longo da vida até a morte do sujeito. Dá-se especial atenção às condições ambientais que favorecem a constituição da identidade. Ao mesmo tempo, destaca-se a aquisição da capacidade de relacionar-se com o mundo e com objetos externos e estabelecer relações interpessoais (DIAS, 2003).

Para Winnicott, o processo de desenvolvimento do sujeito depende de dois fatores: a tendência inata ao amadurecimento e a existência contínua de um ambiente facilitador. Dessa forma, todo ser humano é dotado de uma tendência inata ao amadurecimento, baseada na concepção de que todo sujeito é um ser essencialmente temporal, “é uma amostra-no-tempo da natureza humana” (WINNICOTT, 1988, apud DIAS, 2003, p.93). Assim, os fenômenos humanos são um desdobramento temporal da natureza humana.

O autor descreve natureza humana por tudo aquilo que possuímos; consiste em uma tendência inata à integração, a constituição de uma unidade ao decorrer do processo de amadurecimento. Esta é a herança mais importante, ou seja, o sujeito herda um processo de desenvolvimento. Cada sujeito está destinado a amadurecer e constituir-se num si mesmo. (DIAS, 2003).

A tendência à integração pode ser inata, mas ela não ocorre sozinha, ou seja, o ambiente tem que ser facilitador para que esse processo aconteça; pode-se dizer que trata-se de uma tendência e não de algo determinado. O ambiente deve facilitar o processo, sendo suficientemente bom principalmente nos estágios iniciais, notadamente, no estágio da dependência absoluta. Segundo o autor (1965, apud, DIAS, 2003, p. 96): “Os lactantes humanos não podem começar a ser, exceto sob certas condições”. Nenhum bebê pode tornar-se uma pessoa real, a não ser sob cuidados de um ambiente que lhe

dê sustentação e facilite os processos de amadurecimento. Os bebês que não recebem os cuidados suficientes não conseguem realizar-se nem mesmo como bebês. Para a autora:

O que está, portanto, em pauta no amadurecimento pessoal, não são funções isoladas, sejam elas biológicas, mentais ou sexuais, mas o próprio viver humano, naquilo que este tem estritamente pessoal: o sentimento de ser, ser real, de existir num mundo real como um si-mesmo. Nada disto é dado pela concepção e pelo nascimento biológicos. Mesmo quando as estruturas biológicas e cerebrais estão intactas, o ter nascido, simplesmente, não garante que sejam alcançados os sentimentos de estar vivo, de sentir-se real e de poder fazer experiências sentidas como real (DIAS, 2003, p. 97).

O processo de amadurecimento inicia-se em algum momento após a concepção e tende a prosseguir ao longo da vida do sujeito até a sua morte. Este processo é desdobrado em estágios: sendo os estágios primitivos, da dependência absoluta; dos estágios iniciais, a dependência relativa e após esses estágios de dependência, vem os estágios de independência relativa; na velhice alguns aspectos da dependência absoluta e relativa podem voltar. (DIAS, 2003)

Na dependência absoluta o bebê depende totalmente do ambiente facilitador, ou seja, de sua mãe, que por sua vez, também deve adaptar-se a situação de dependência do bebê. Nos primeiros meses a dependência é extrema; não é possível pensar no sujeito como sendo uma unidade: “A unidade é o conjunto ambiente-indivíduo, unidade da qual o bebê é apenas uma parte” (WINNICOTT, 1988, apud, DIAS, 2003, p.129). Esta fase refere-se ao fato de que o bebê depende exclusivamente da mãe para sobreviver e mais, para vir a ser, de modo como é e como pode ser, neste momento inicial e para realizar sua tendência à integração em uma unidade:

Apesar de a palavra “dependência” implicar a existência de um outro ser humano, esse outro não é ainda um objeto, no sentido clássico do termo, uma vez que o bebê não tem amadurecimento suficiente para ter, perceber ou desejar objetos. A mãe não é um objeto externo, nem interno, porque os sentidos da externalidade, assim como o mundo interno, ainda não foram constituídos. Apesar disto, os cuidados maternos participam intrinsecamente da constituição paulatina do si-mesmo, e o bebê é imediatamente afetado pelo tipo de cuidado que recebe (p. 130)

O conceito de Winnicott de ambiente no início da vida do bebê deve ser entendido segundo dois aspectos: ele não é externo e nem interno e ele é a instância que sustenta e responde à dependência do bebê com sua mãe. O bebê depende de um outro que para

ele não é um outro, separado ou externo a ele (DIAS, 2003). A passagem da dependência absoluta para a dependência relativa, faz parte dos estágios iniciais do amadurecimento; anterior à estruturação do eu como uma unidade. Para o bebê chegar neste estágio é necessário um ambiente facilitador, ou seja, uma mãe que favoreça seu desenvolvimento. Esta fase é o início da desilusão, uma desadaptação gradual da mãe com relação as necessidades do bebê. Com essa desadaptação da mãe inicia-se o processo de desilusão, mas esta, por sua vez, só pode acontecer sobre uma boa capacidade de ilusão:

O que o bebê deixa para trás, ao amadurecer, não é ilusão básica, que permanecerá se houver saúde, mas a ilusão de onipotência. Com o tempo, surgirá, na criança, a compreensão de que não é ela que cria, efetivamente, o mundo; de que a existência do mundo é anterior e independente dela. (p. 228)

É neste momento que a criança saberá que o mundo sempre esteve ali e continuará até a sua morte, mas o sentimento de que o mundo foi criado pessoalmente e pode continuar a ser criado, não desaparece. Assim, o sujeito retém a capacidade para a ilusão e assim exerce a criatividade. O desmame é uma conquista importante; caso o próprio bebê não o promova, a mãe deve efetuar-lo, para isso ela precisa de sua agressividade, deve ter alguma capacidade de odiar, ativa ou passivamente, que deve ser acionada quando houver necessidade. É neste período que o funcionamento mental e os processos intelectuais começam a ser exercitados, ajudando o bebê a lidar com a lacuna entre a adaptação completa e incompleta. São falhas do cuidado da mãe para com o bebê, que impulsionam o uso da mente, é por meio da compreensão intelectual que as falhas do meio ambiente começam a ser levadas em conta, tornando-se compreensíveis, toleráveis e previsíveis (DIAS, 2003).

O desenvolvimento do bebê é acompanhado por três processos primordiais sendo eles: a integração, personalização e adaptação à realidade. São processos interdependentes e há uma transvariação dos mesmos, mas não estabilizam-se ao mesmo tempo, sendo aquisições do sujeito que nunca completam-se e acompanham o sujeito em seu desenvolvimento por toda sua vida.

A integração não é algo garantido; é algo que precisa de desenvolver gradualmente em cada criança. Não é apenas uma simples questão de neurofisiologia, desde que para este processo ter lugar deve haver certas condições ambientais, concretamente, aquelas que são melhor providas pela

própria mãe da criança (...) A integração surge gradualmente a partir de um estado primário não-integrado. No começo a criança se estrutura em várias fases motoras e percepções sensoriais (WINNICOTT, 1958 apud, FILHO, 2011, p. 39).

Pode-se dizer que a personalização é o sentimento de estar dentro do seu próprio corpo, é uma experiência pulsional e as frequentes e serenas experiências de cuidado corporal que gradualmente constituem o que pode-se chamar de personalização satisfatória. A despersonalização é um tanto comum em adultos e crianças, sendo a cada passo ocultada no que chama-se sono profundo e em ataques de prostração com palidez.

A relação do bebê com o ambiente suficientemente bom, é um assunto complexo, pois o bebê depara-se com o ambiente externo (sua mãe e/ou substituta):

Considerando-se o par bebê e o seio de sua mãe, o bebê tem ímpetos pulsionais e ideias predatórias. A mãe tem um seio e o poder de produzir leite, e a ideia de ser atacada por um bebê faminto lhe é agradável. Estes dois fenômenos não entram em relação um com o outro até que a mãe e a criança vivam uma experiência juntos (...) Vejo o processo como se duas linhas viessem de direções opostas com a possibilidade de se aproximarem uma da outra. Se elas sobrepõem, há um momento de ilusão, uma experiência que o bebê pode tomar como alucinação sua ou como algo que pertence à realidade externa (WINNICOTT, 1945 apud, FILHO, 2011, p. 44).

Através do conjunto destes três processos citados, começa a distinguir-se um “eu” de um “não-eu”, separados pela pele funcionando como uma membrana delimitadora. Com isso, o bebê passa a ter um dentro e um fora e um esquema corporal; a integração de fenômenos é a possibilidade do bebê alcançar o estágio de “ser uma pessoa” (FILHO, 2011).

Um aspecto muito importante a ser mencionado é a noção de “holding” (sustentação) que diz respeito à qualidade do ambiente, ou seja, como a mãe segura seu bebê, isso inclui aspectos psicológicos da relação mãe-bebê. O autor diz que o bebê dentro do útero ainda não percebe-se como uma unidade; não há a noção tempo e espaço, seu estado é de não-integração. Antes do nascimento, existe um “estar aí” pessoal, um processo contínuo da capacidade de ter rudimentos de experiências (vivências), essa continuidade que poderia ser vista como o início do eu é, interrompida por fases de reação a intrusões do ambiente ao nascer. Para se ter realmente experiências o bebê precisa ter atingido um certo grau de integração (LINS, 2015).

Segundo o autor, pode-se dizer que há dois tipos de experiências proporcionadas pelo cuidado da mãe com seu bebê que ajudam à tendência à integração: como segura a criança e a deixa aquecida, balança-a e chama-a pelo seu nome e também as agudas experiências instintivas que tendem a aglutinar a personalidade a partir de dentro. O segurar, quando é adequado é uma experiência enriquecedora (LINS, 2015).

A sustentação deve ser oferecida pela mãe ao seu bebê, sendo um aspecto muito importante no desenvolvimento do bebê. Winnicott (1979) nos diz que:

O holding inclui especialmente o holding físico do lactante, que é uma forma de amar. É possivelmente a única forma em que uma mãe pode demonstrar ao lactante o seu amor. Há aquelas que podem sustentar um lactante e as que não podem; as últimas produzem rapidamente no lactante uma sensação de insegurança e um chorar nervoso (p. 49).

O conceito de maternagem é o manejo com o bebê com o intuito de suprir suas necessidades. Winnicott (1999) define como a necessidade de holding, que constitui não apenas o ato de segurar o bebê, mas de contê-lo física e emocionalmente. A maternagem enquanto uma intervenção psicológica objetiva suprir a carência de cuidados maternos para sujeitos desamparados, proporcionando-lhes uma figura presente e de referência, estabelecendo um vínculo afetivo, intervir através da fala, do afeto, e da disponibilidade de estar ali (BOING; CREPALDI, 2004).

Os fenômenos da transicionalidade são fundamentais para o amadurecimento do sujeito, levando-o a um novo sentido de realidade, mas isso somente acontece se tudo ocorrer de maneira saudável nos estágios anteriores, pois suas raízes estão intimamente relacionadas com o mundo subjetivo do bebê. É nesta realidade fundada e experienciada no mundo subjetivo do bebê que fundamenta-se o sentido transicional de realidade. Caso o sentido de real não tenha sido constituído os fenômenos de transicionalidade não terão sentido e seus benefícios não serão vivenciados. O bebê que não viveu com segurança, incorporando-o, não pode ausentar-se e distrair-se com um objeto transicional, ficando alerta, defendendo-se de possíveis invasões. (DIAS, 2003)

3 A CONSTITUIÇÃO DE SI MESMO EM INSTITUIÇÕES DE ABRIGAMENTO

Ao ser inserida no abrigo, a criança se depara com um espaço desconhecido; terá outras referências norteadoras do seu cotidiano. Assim, o abrigo torna-se o local de permanência, em que os menores em risco poderão permanecer por um longo período, talvez vários anos. Leoncio (2009) destaca que a sociedade tem a perspectiva de que a família seja um grupo fundamental, e um ambiente natural, confiável e previsível, e dessa forma, favoreça o desenvolvimento e o bem estar de seus membros, notadamente das crianças.

Tornou-se corriqueira a utilização da expressão em instituições de abrigo: “famílias desestruturadas”, Ao mesmo tempo, frequentemente faz-se referência ao termo, “famílias pobres”, o que coloca em foco a questão da miserabilidade como um dos principais fatores que levam a retirada de inúmeras crianças de suas casas (OLIVEIRA, 2006). Nesse sentido, Boing e Crepaldi, 2004 (apud FRASSÃO, 2000, p. 214), corroboram esta consideração ao afirmarem: “o abandono de bebês e crianças caracteriza-se como um sintoma social, geralmente observado em famílias monoparentais, nas quais a pobreza se apresenta como um dos determinantes da entrega de crianças para os cuidados institucionais”.

No abrigo a criança é privada do convívio com sua mãe, uma possível candidata a figura essencial nos primeiros anos de vida. O exercício da maternagem é desempenhado pelos cuidadores dos abrigos, porém como citado anteriormente, os cuidadores em muitos casos não são preparados, desfavorecendo o estabelecimento de uma rotina previsível, de um ambiente confiável para a criança abrigada. Dessa maneira, segundo Bowlby (2006): “Quando uma criança pequena se vê entre estranhos e sem suas figuras parentais familiares, ela não só se mostra intensamente aflita no momento, mas suas relações subsequentes com os pais ficam comprometidas, pelo menos temporariamente” (p. 106).

O apego é um vínculo afetivo desenvolvido pelo sujeito em relação a outro considerado muito importante. Há o desejo de sempre estar próximo; a substituição deste por outro sujeito não é desejável. O comportamento de apego manifesta-se

aproximadamente aos três meses de vida, tornando-se claramente notável por volta dos seis meses. Cada criança desenvolve um padrão de apego direcionado para uma figura em particular, seja sua mãe ou a um substituto da figura materna (BOWLBY, 1993).

Nos primeiros meses a criança aprende a discriminar a figura da mãe e desenvolve prazer em estar em sua companhia. Aproximadamente pelos seis meses de vida demonstra suas preferências de modo inconfundível e até o terceiro ano a criança está profundamente ligada à sua mãe, estando contente com sua presença e aflita com sua ausência (BOWLBY, 2006). A figura materna detém a preferência da criança no que se refere ao estabelecimento do comportamento de apego. Pode-se dizer que a medida que a criança evolui, seu comportamento de apego é dirigido para outras pessoas, diferentes da mãe, a mãe substituta, por exemplo. Dessa forma, em alguns casos esses comportamentos não são dirigidos aos genitores (BOWLBY, 1993). No primeiro ano a criança começa a ver o pai, os avós como figuras importantes também, não se limitando somente a figura da mãe como única, mas a preferência continua sendo da figura materna (BOWLBY, 2006).

Faz-se importante o estabelecimento de um relacionamento afetuoso, íntimo e contínuo entre a mãe e a criança. A criança precisa sentir que é objeto de prazer e orgulho para sua mãe. Os cuidados de uma mãe podem ser considerados função de prazer tanto para ela, quanto para a criança em companhia uma da outra; esta relação favorece o desenvolvimento de ambos os lados, trata-se de uma relação humana viva que modifica a personalidade da mãe e de seu filho (BOWLBY, 2002).

Quando uma criança é separada de sua mãe, pode ocorrer uma sequência de três fases: a fase de protesto, desespero e desligamento. A primeira pode durar alguns dias, e é caracterizada por lágrimas e raiva; a criança parece exigir que sua mãe volte e aparente ter esperança em revê-la. Em seguida, a criança fica mais calma, mas anseia o regresso da mãe e por fim, entra na fase de desespero; a esperança de rever a mãe converte-se em desespero e o desespero renova a esperança. Passando um tempo o bebê aparenta esquecer a mãe, permanecendo desinteressado com sua chegada, parecendo não reconhecê-la, sendo esta a fase do desligamento (BOWLBY, 2006).

A privação da mãe nos primórdios do desenvolvimento da personalidade pode causar efeitos negativos. Compreende-se a privação da mãe, a situação em que a criança não encontra em convívio familiar os cuidados amorosos que necessita ou quando é separada da mãe. A privação parcial pode acarretar angústia, carência de amor, sentimento de vingança, como consequência culpa e depressão. Quando a privação é definitiva pode prejudicar e atrasar o desenvolvimento global da criança, podendo aparecer muitas vezes doenças, físicas ou emocionais (BOWLBY, 1981). Além de tudo, a criança pode sofrer um processo de esvaziamento de sua subjetividade:

O abrigo não oferece características que preservem a singularidade do abrigado: não possibilita a posse de objetos pessoais, nem roupas ou sapatos. Sobretudo as crianças, usam o que estiver disponível, raramente vestindo a mesma roupa mais de uma vez; em geral, são roupas doadas, que podem estar rasgadas ou serem de tamanho inadequado (ALTOÉ, 2011, p. 113).

A permanência no abrigo por um longo período impede a ocorrência de condições que favorecem o desenvolvimento sadio da criança, devido as rotinas rígidas, do convívio com as mesmas pessoas, da precariedade de atenção, pouco contato com seus familiares, o que traria prejuízo ao exercício das relações. O rompimento do vínculo inicial contribui para a formação insegura dos padrões de apego, o que pode levar a perdas de ordem somática, emocional, intelectual e social. Eventos dolorosos podem afetar a criança institucionalizada, que necessita de um espaço de acolhimento e de escuta especializada. Caso não haja esta possibilidade, esses acontecimentos poderão ser prejudiciais ao “vir a ser” e ao processo de amadurecimento como um todo (CUNEO, 2012).

A constituição de vínculos afetivos saudáveis depende do favorecimento, por parte de substitutos, de estimulação para explorar o ambiente, para que progressivamente a criança amplie suas relações. A demora no desenvolvimento do apego indica que a criança não experienciou estimulação social de uma figura materna, no caso de crianças que são criadas em instituições. A interação social entre a figura materna e a criança facilita o seu rápido desenvolvimento, sem a estimulação esperada todo esse processo pode torna-se lento. A experiência de uma criança junto a uma figura de apego que lhe ofereça estimulação, causará benefícios em relacionamentos futuros, além de propiciar confiança (CUNEO, 2012).

A função dos vínculos é uma função tão importante como o de nutrir ou a reprodução para sobrevivência de uma espécie. A capacidade de vincular-se afetivamente é de um valor tão grande quanto o de ouvir, comer e digerir. Algumas falhas no desenvolvimento na infância, pode causar prejuízos no estabelecimento de vínculos afetivos. Muitos problemas de personalidade pode surgir devido a essas falhas. (LEONCIO, 2009). A criança vincula-se com sua mãe ou figura de apego, compreende-se que:

A formação de um vínculo é descrita em termos subjetivos como “apaixonar-se”. A manutenção de um vínculo é descrita como “amar alguém” e a perda “é sofrer por alguém”. Analogicamente a ameaça de perda gera ansiedade e a perda real gera tristeza, ao passo que ambas as situações podem despertar raiva. A manutenção incontestada de um vínculo é experimentada como fonte de segurança, e a renovação de um vínculo como fonte de júbilo (BOLWBY, 1997, p. 98)

A criança que não tinha um bom relacionamento com a mãe escapa, ou seja, não apresenta reações à separação, como as descritas anteriormente, o que indica que o desenvolvimento da criança já estava prejudicado e que sua futura capacidade de amar provavelmente seria diminuída. Caso a volta para sua mãe seja rápida a recuperação pode ocorrer, mas não pode-se descartar prejuízos no desenvolvimento. Porém, se a separação é prolongada a recuperação será prejudicada. Acredita-se que após três meses longe da figura materna, possa ocorrer mudanças significativas e a recuperação dificilmente será completa (LEONCIO, 2009, apud BOLWBY, 2002).

O espaço do abrigo não é o meio adequado para o favorecimento do desenvolvimento integral da criança, que passa pelos cuidados de pessoas que até o momento não conhecia; suas referências podem encontrar-se desconectadas de seu contexto social e de sua família. O desrespeito a estes princípios, adjuntos a falta de estimulação, de vínculos afetivos e de atenção afetiva, gera danos manifestos e inevitáveis que afetam o desenvolvimento integral da criança:

Nas instituições, a criança experimenta um tipo de socialização que é caracterizada pela inexistência ou carência de vínculos afetivos, que importam na ausência de um referencial cognitivo, necessário a uma concepção de si mesma. Os laços construídos nas instituições revelam-se frágeis e inconsistentes. A criança abrigada demora em demonstrar sinais de formação de apegos sociais específicos. A criança, dependendo de sua faixa etária, e de suas vivências pretéritas, apresenta necessidades distintas e o método empregado pelo programa de abrigamento nem sempre atende de forma personalizada essa demanda (CUNEO, 2012, p. 422-423).

A mudança dos cuidadores que tiveram o primeiro contato com a criança, as movimentações técnicas no atendimento, a falta de anuência sobre o processo educacional a ser seguido, a passagem da criança de uma instituição para outra, são fatores que ocorrem frequentemente; a descontinuidade dos laços afetivos dificultam a formação do eu, propiciando insegurança pessoal, medo e falta de confiança no outro. Desta forma, as crianças abrigadas vivenciam:

O abandono, que joga seu manto sobre a infância socialmente excluída, revitimiza crianças às quais faltam o amor e o olhar de pai e mãe. Verificou-se que por trás de uma criança institucionalizada há uma família em situação de fracasso. Não soa temerário afirmar que famílias abandonicas geralmente contam histórias de seus próprios abandonos (CUNEO, 2012, p. 427)

A depressão pode ser um sintoma, quando a criança separa-se de sua mãe. Um estudo realizado com 95 crianças que passaram por um diagnóstico, averiguou que 20% reagiram com depressão aguda, enquanto 27% reagiram com depressão leve. Concluiu-se a partir deste estudo que quase todas as crianças que tinham um relacionamento íntimo e amoroso com as mães reagiram com depressão. Apontou-se também que a reação a separação da mãe com respostas depressivas é normal para a idade. Embora as perdas que ocorrem antes dos cinco anos podem ser muito perigosas, as perdas que ocorrem tardiamente podem ser altamente perigosas (BOLWBY, 2002).

É preciso distinguir o que acontece com a criança quando um ambiente bom é desfeito, ou quando ele se quer existiu; este conhecimento engloba um estudo de todo o desenvolvimento emocional do sujeito. Sendo alguns fenômenos já suficientemente conhecidos: o ódio é reprimido, assim a capacidade de amar outras pessoas é perdida:

Várias organizações defensivas cristalizam-se na personalidade da criança. Pode ocorrer uma regressão a fases iniciais do desenvolvimento emocional que tiveram caráter mais satisfatório, ou desencadear-se um estado de introversão patológica. Com mais frequência do que normalmente se pensa, dá-se uma cisão na personalidade. Em sua forma mais simples, essa cisão faz com que a criança, manifeste uma metade de si que funciona como a vitrine de uma loja, tendo como base a complacência, e mantenha secreta a parte principal do self, que contém toda a espontaneidade, e permanece o tempo inteiro envolvida em relações ocultas com objetos de fantasias idealizados (WINNICOTT, 1993/2011, p.198)

Por mais que não seja fácil descrever esses fenômenos de maneira clara e sucinta, é necessário entendê-los para poder identificar os sinais que são favoráveis,

manifestados por crianças carentes. Caso não se entenda o que se passa no interior da criança nos estados patológicos, não se sabe que a depressão pode ser um sinal favorável, em especial quando não vem acompanhada de ideias persecutórias. Sendo uma depressão simples, indicador de que a criança conserva a unidade de sua personalidade e retém um sentido de preocupação; ela está na verdade assumindo toda a responsabilidade de tudo que deu errado (WINNICOTT, 1993/2011).

Quando a separação ocorre no primeiro ano de vida diversas consequências podem ser diminuídas se a criança tem uma mãe substituta. Acreditava-se que os cuidados por uma mãe substituta até o primeiro ano de vida poderiam trazer benefícios ao desenvolvimento da criança, porém reconhece-se que danos acontecem quando a mudança de cuidados é feita aos três meses de vida. No entanto, a separação da criança de seus pais é igualmente séria, tenha ela dois, três anos, as consequências não serão positivas para seu desenvolvimento: “O sofrimento dos pais e dos filhos é muito intenso e a necessidade de intervenção é premente para mitigá-lo e para que recursos possam ser desenvolvidos para seu acolhimento” (LEONCIO, 2009, p.41)

O sofrimento afeta o sujeito (a subjetividade) em sua unidade e integridade, sua coesão e coerência. Corresponde ao que a Psicanálise atribui ao ego, instância reguladora, preservando, nas ambivalências e contradições (a divisão do sujeito) e sob a pressão da realidade e das outras instâncias (id e superego), uma unidade de identidade e uma estabilidade emocional (BARUS MICHEL, 2003, p.56)

O sofrimento está ligado aos acontecimentos da vida e situações que desencadeiam-se para que isso ocorra, pode-se dizer que é subjetivo e cada sujeito experimenta a sua maneira, sendo consciente ou inconscientemente. “O sofrimento surge assim que as nossas capacidades de manter a continuidade e a integridade de nosso eu tornam-se deficitárias” (KAES, 1987, apud BARUS MICHEL, 2003, p. 56).

Desta forma, a criança que vive em situação de risco é separada da figura materna, que é essencial nos primórdios da infância. Dessa maneira, pode sofrer repercussões negativas em seu desenvolvimento emocional. Nos abrigos a criação de vínculos entre os cuidadores e a criança pode não ocorrer, devido ao despreparo da equipe ou pela rotatividade de funcionários, ou seja, os cuidadores precisam de suporte. Compreende-se ser fundamental capacitar os cuidadores para o exercício do seu trabalho cotidiano,

mais especificamente, para o exercício da maternagem, a fim de minimizar as repercussões, por vezes, negativas no processo de amadurecimento. Por fim, ressalta-se que a falta de estimulação, do estabelecimento de vínculos afetivos seriam danosos ao desenvolvimento integral da criança, o que pode ser traduzido por um processo que tenderia à desindividualização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O abrigo ocorre quando a criança não tem um responsável que possa garantir seus direitos básicos; serve como uma medida provisória para crianças em situações de risco. Seus direitos são garantidos pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

Entende-se que nos abrigos há uma alta rotatividade de funcionários. Além disso, por vezes, não existe uma preparação técnica e orientações necessárias, para que os funcionários estejam capacitados para exercer o papel de uma figura confiável para a criança, atentos às suas necessidades. Muitas vezes os cuidadores não tratam a criança de maneira individualizada. O menor, além de perder o contato diário com a família, cumpre regras na instituição e uma rotina árdua, esta situação por um longo período pode ocasionar um processo de desindividualização.

De acordo com a teoria winnicottiana os estágios iniciais são primordiais, pois é neste período que é construída a base da personalidade e a saúde psíquica do sujeito; falhas neste período podem acarretar prejuízos ao desenvolvimento emocional. As condições oferecidas pelo ambiente deve favorecer na constituição da identidade do bebê. Cabe a figura materna ou substituta oferecer um ambiente confiável, estar atenta as necessidades do bebê, exercer a maternagem, para que ocorra um desenvolvimento satisfatório.

No abrigo a criança é separada de sua mãe, uma possível candidata a figura essencial nos primeiros anos de vida. O exercício da maternagem poderia ser desempenhado pelos cuidadores dos abrigos, porém como citado anteriormente, os cuidadores em muitos casos não são preparados e/ou não estão disponíveis, desfavorecendo o estabelecimento de uma rotina previsível, de um ambiente confiável para a criança abrigada. O abrigo pode causar danos pessoais: a carência de afetos, dificuldade em estabelecer vínculos, baixa auto-estima, atrasos no desenvolvimento psicomotor e pouca vivência com rotinas familiares, podendo deixar marcas por vezes irreparáveis na vida dessas crianças.

Compreende-se que a miserabilidade afetiva vivenciada no abrigo e o rompimento com suas figuras de apego são prejudiciais. O apego é um vínculo afetivo considerado muito importante. Existe o desejo de sempre estar perto; a substituição deste por outro sujeito não é desejável. A falta de estimulação, de vínculos afetivos e de atenção, gera danos manifestos e inevitáveis que afetam o desenvolvimento integral da criança.

O abrigo, como instituição, cumpre uma função social de grande importância. No entanto, é necessário, mudanças que garantam um atendimento que visa privilegiar a individualidade e considere a história; que garanta o acolhimento e o desenvolvimento sócio afetivo, num momento difícil da vida de cada criança. Dessa forma, a criança passa por uma situação de sofrimento intenso e tem a sua vida emocional comprometida sem ao menos poder escolher para onde quer ir, tendo que dividir sua história com estranhos e a cada dia perde um pouco de si. Ressalta-se que a estrutura de um lar é muito importante ao desenvolvimento emocional sadio, visto como primordial.

Conclui-se que, não basta um grande número de cuidadores e sim, capacitação para exercer a maternagem e oferecer um ambiente confiável. A criança que encontra-se abrigada vivenciou situações em que houve a violação de seus direitos, ou seja, em risco. Os cuidadores, muitas vezes, não são preparados para lidar com esta situação. Entende-se ser fundamental capacitar os cuidadores para o exercício do seu trabalho cotidiano, mais especificamente, para o exercício da maternagem, a fim de minimizar as repercussões, por vezes, negativas no processo de amadurecimento. Com a falta de preparo não sabem lidar com as crianças, que têm uma história delicada e estão precisando de uma figura que lhes dê suporte. Portanto cuidadores preparados podem minimizar os efeitos negativos que o abrigamento causa nestas crianças que muitas vezes estão desprovidas de afeto.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALTOE, Sônia; SILVA, Magali Milene. Características de uma clínica psicanalítica com crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social. **Estilos clín.** São Paulo, v. 18, n. 1, p. 125-141, abr. 2013. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1415-71282013000100008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 26/04/2017.

ALTOE, Sônia; SILVA, Magali; PINHEIRO, Bruna Soares. A inconstância dos laços afetivos na vida das crianças e adolescentes abrigados. **Revista psicológica política.** São Paulo, v.11, n.21, p.109-122, 2011. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519549X2011000100009&lng=pt&nrm=iso. Acesso em 25/09/2016.

BARUS-MICHEL, Jacqueline; CAMPS, Christiane. Sofrimento e perda de sentido: considerações psicossociais e clínicas. **Psic.**, São Paulo, v. 4, n. 1, p. 54-71, 2003. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1676-73142003000100007&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 20/09/2017.

BOWLBY, John. **Formação e rompimento dos laços afetivos.** São Paulo: Martins Fontes, 1982.

BOLWBY, John. **Separação: Angústia e raiva.** 2º ed., São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BRASIL. **Estatuto da Criança e Adolescente.** Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, e legislação correlata. Câmara do Deputados. Brasília, 2015. Disponível em: bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/.../estatuto_crianca_adolescente_13ed.pdf?27. Último acesso em 02/10/2016.

CNJ- Conselho Nacional de Justiça. Disponível em: <http://www.cnj.jus.br/noticias/cnj/58118-levantamento-mostra-que-365-mil-criancas-e-adolescentes-vivem-emabrigos>. Último acesso em 06/11/2016.

CUNEO, M. R. **Abrigamento Prolongado: Os filhos do esquecimento. A institucionalização prolongada de crianças e as marcas que ficam.** In Ministério

Público do Estado do Rio de Janeiro. Censo da população infante juvenil abrigada no Estado do Rio de Janeiro, 415-432, 2009.

DALBEM, Juliana Xavier; DELL'AGLIO, Débora Dalbosco. Teoria do apego: bases conceituais e desenvolvimento dos modelos internos de funcionamento. **Arquivo brasileiro de psicologia**. Rio de Janeiro, v. 57, n. 1, p. 12-24, jun. 2005. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-52672005000100003&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 17/10/2016.

DIAS, Elza Oliveira. **A teoria do Amadurecimento de D. W. Winnicott**. Rio de Janeiro: Imago, 2003.

FILHO, Julio de Mello. **O ser e o viver**. 2ªed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2011.

IRIBARRY, Isac Nikos. O que é pesquisa psicanalítica? **Ágora (Rio J.)**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 115-138, 2003. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1516-14982003000100007&lng=en&nrm=iso. Último acesso em: 28/02/2017.

LAPLANCHE, Jean; PONTALIS. **Vocabulário de Psicanálise**. 4ª ed., São Paulo: Fontes, 2001.

MENEZES COELHO, Daniel; OLIVEIRA SANTOS, Marcus Vinicius. Apontamentos sobre o método na pesquisa psicanalítica. **Analytica**. São João del Rei, v. 1, n. 1, p. 90-105, 2012. Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2316-51972012000100006&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 24/11/2016.

OLIVEIRA, Ana Paula Granzotto. **O caráter provisório do abrigo e a passagem adolescente: pensando transitoriedades**. Porto Alegre, 2006. 225f. (Dissertação de Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006. Disponível em: www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/8211/000570933.pdf. Último acesso em 02/10/2016.

SAMPAIO, Camila Pedral. Algumas ideias sobre pesquisa em psicanálise. **J. psicanal.** São Paulo , v. 39, n. 70, p. 243-255, jun. 2006 . Disponível em http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-58352006000100016&lng=pt&nrm=iso. Último acesso em 24/11/2016.

SILVA, Enid Rocha Andrade; AQUINO, Luseni Maria Cordeiro. **Os abrigos para crianças e adolescentes e o direito à convivência familiar e comunitária.** IPEA. Brasília. 2005. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ENSAIO3_Enid1. Último acesso em 21/05/2107.

VECTORE, Célia; CARVALHO, Cíntia. Um olhar sobre o abrigo: a importância dos vínculos em contexto de abrigo. **Psicol. Esc. Educ. (Impr.)**, Campinas, v.12, n. 2, p. 441-449, 2008. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-85572008000200015&lng=en&nrm=iso. Último acesso em 25/04/2017.

WINNICOTT, D. W. **A família e o desenvolvimento individual.** 4° ed., São Paulo: Martins Fontes, 2011.

WINNICOTT, D. W. **O ambiente e os processos da maturação.** Porto Alegre: Artmed, 1983.

WINNICOTT, D. W. **Tudo começa em casa.** 4°ed, São Paulo: Martins Fontes, 2005.